

O Brasil de Skidmore

Ricardo Musse

Carta Maior, 29.6.2016.

Skidmore debruçou-se sobre a história do Brasil numa reconstituição da 'questão racial' que reavalia as ideias e as posições dos principais intelectuais.

Thomas E. Skidmore (1932-2016) foi, certamente, entre os pesquisadores norte-americanos que se dedicaram à história do Brasil, o que mais encontrou leitores em nosso país. Isso se explica, em parte, por sua predileção pela história política contemporânea. Mas convém não subestimar seu senso de oportunidade e sobretudo sua confissão de que escreveu voltado para o público brasileiro.

Inicialmente, Skidmore cursou ciência política e filosofia em Denison. Com a pretensão de se dedicar à vida acadêmica, obteve uma bolsa na universidade inglesa de Oxford, especializando-se em filosofia política e econômica. Em 1956, ingressou em Harvard, onde redigiu uma tese de doutorado sobre a política alemã após o fim da era Bismarck (o governo do chanceler Caprivi), e onde, em 1960, se tornou professor.

O impacto da Revolução Cubana provocou uma reformulação do sistema escolar norte-americano na área de humanidades, similar ao ocorrido pouco antes nas ciências exatas com a dianteira da União Soviética na corrida espacial. Em Harvard, uma doação da família Bliss reforçou o Departamento de estudos latino-americanos. Skidmore aceitou a tarefa de revigorar a área de história, cuja cadeira estava vaga desde 1956.

Financiado por uma bolsa de pós-doutorado, Skidmore aprendeu português, fez uma viagem em que conheceu todas as regiões do Brasil, por fim, estabeleceu-se, com a família no Rio de Janeiro entre outubro de 1963 e abril de 1964. Embora sua primeira ideia fosse estudar o período após a proclamação da República, a condição de observador ocular privilegiado da armação e consumação do golpe de 1964 empurrou-o para a história contemporânea.

Brasil: de Getúlio a Castelo (1969), seu primeiro livro publicado aqui, obteve enorme repercussão. A abrangência, o enfoque na política, numa época de forte presença da censura (e, logo, de autocensura), tornou Skidmore protagonista de uma polêmica sobre as fontes de financiamento, os interesses e os objetivos dos “brasilianistas”. O acesso a informações então pouco difundidas, o procedimento (comum na historiografia norte-americana) de utilizar entrevistas como fonte de pesquisa, despertou suspeitas descabidas que só foram dirimidas completamente quando Skidmore assinou, em 1975, um abaixo-assinado contra a tortura praticada pelos militares.

No livro seguinte, *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro* (1976), Skidmore retorna ao período sobre o qual começou suas pesquisas, desenvolvendo capacidades e interesses despertados desde a graduação. Além da história política, acompanhada num arco que se estende desde o início da campanha abolicionista até o fim da Primeira Guerra Mundial, debruça-se sobre a história social numa reconstituição da “questão racial” que desmente a tese (disseminada pela obra de Gilberto Freyre) da democracia racial brasileira e

também sobre a história cultural, na medida em que não se exime de investigar as ideias e as posições dos principais intelectuais do período.

Sua obra seguiu nesse diapasão, tratando ora exclusivamente de história política, ora mesclando-a com a história social e cultural. Na primeira vertente, destaca-se *Brasil: de Castelo a Tancredo* (1988), na outra linhagem *O Brasil visto de fora* (1994). Como a publicação desse último passou quase despercebida, convém abordá-lo com mais vagar.

Nada mais inadequado no caso de Thomas Skidmore do que tentar compreendê-lo pela métrica (de origem freudiana, ainda que esgarçada pelo mau uso), que permite destacar em certos intelectuais preocupações e questões que dizem respeito mais à realidade de seu país do que à nação sobre a qual pesquisam.

Mesmo quando recorre a fatos da sociedade norte-americana – como, por exemplo, à segregação racial vigente antes do Ato de direitos civis (1964) – para destacar a falsidade da tese, difundida mundialmente no pós-guerra, da “democracia racial” brasileira, tal contraposição se dá nos marcos, explicitados e justificados pelo autor, de uma história comparativa. Além disso, sua atenção a temas, métodos de estudos e bibliografia aqui prevalentes, faz com que o título da coletânea de artigos, *O Brasil visto de fora*, indique antes uma postura teórica do que uma posição geográfica ou algo afim à sua condição de estrangeiro. Longe da mescla de subjetivismo e diletantismo, predominante em relatos de viagem, os escritos de Skidmore obedecem às exigências tradicionais do saber científico: busca de neutralidade e objetividade, manutenção de certa distância, de exterioridade em relação ao objeto de estudo.

A camisa de força das regras acadêmicas não deixa, por um lado, de confinar seus textos ao espaço rarefeito dos *papers*, impedindo-o sequer de perceber a novidade formal, o caráter ensaístico dos livros que analisa, e também o leva, noutra registro, a um rigorismo extremo que não hesita em censurar em Gilberto Freyre sua heterodoxia temática e metodológica. Por outro lado, a preocupação em avaliar de forma isenta a história brasileira tende a impeli-lo a posições críticas ante os dogmas intelectuais locais.

O livro compõe-se de três partes que congregam artigos que podem ser classificados segundo especialidades acadêmicas distintas: o primeiro bloco trata da questão da identidade nacional sob o prisma da história cultural (ou das ideias); o segundo enfoca a questão racial pelo ângulo da história social; e o último confronta Brasil e Argentina após 1945, no registro da história política-econômica comparada.

A primeira parte estabelece um quadro da indagação acerca da identidade brasileira a partir das atitudes intelectuais com relação aos Estados Unidos, priorizando um elenco de pensadores não muito valorizados hoje, mas com importantes repercussões em seu tempo: Monteiro Lobato, Vianna Moog, Moniz Bandeira etc.

A relevância desse inventário torna-se patente não só por ressaltar que os Estados Unidos, a partir de 1889, passam a ser encarados como fator decisivo na construção da nação brasileira, seja como presença ativa ou como modelo almejado; mas também por mostrar de que modo as hipóteses acerca da especificidade da sociedade brasileira devem muito a um confronto comparativo

com a ideia aqui predominante sobre como se desenvolve a sociedade norte-americana. No universo restrito da seleção de Skidmore – enfraquecido pelas ausências, entre outros, de Sérgio Buarque de Holanda e Celso Furtado (cuja *Formação Econômica do Brasil* tem, aliás, como um de seus eixos principais a comparação da colonização brasileira com a norte-americana) – destacam-se dois nomes: Gilberto Freyre e Eduardo Prado.

Segundo Skidmore, Freyre adota a “ascensão e queda da família patriarcal” como chave para a compreensão da história brasileira. Apesar de ter criado um modo próprio de escrever e concebê-la, inspirado nas técnicas da antropologia social, os resultados da obra de Freyre foram enfraquecidos tanto por conta de sua heterodoxia (sua tentativa inicial de interpretar a história da família em termos de história social desemboca numa interpretação da história social brasileira restrita ao âmbito da família), como pela apreciação positiva que concede à questão racial. Sua celebração da singularidade brasileira, especula Skidmore, teria origem na vivência de Freyre da segregação racial no sul dos Estados Unidos.

Eduardo Prado, um militante católico, monarquista e antiamericano da passagem do século foi mais consciente. Pouco afetado pelas ideias positivistas então predominantes, Prado desvia a questão da identidade nacional da esfera cultural, tomando-a em sua dimensão política, o que torna o seu nacionalismo, aos olhos de Skidmore, mais frutífero e inteligente.

Embora uma das preocupações do autor seja substituir, na discussão acerca das relações raciais no Brasil, a avaliação subjetiva, as opiniões pautadas na evidência anedótica e não quantitativa, pela análise objetiva de dados institucionais – o que permite demonstrar com clareza que “raça” é uma variável significativa na determinação das oportunidades de vida dos brasileiros –, Skidmore também destaca o debate acerca do caráter nacional brasileiro.

Afinal, reconhece ele, uma longa série de ensaios brasileiros aborda, ainda que de modo dissimulado, as relações raciais ocultando, em grande medida, a complexidade do sistema de classificação racial vigente no Brasil, constituindo uma ideologia bastante reveladora da autoimagem da elite local. O ideal operativo dessa camada desde 1920, a crença numa “democracia racial” e no “branqueamento”, deriva de uma “racionalização” da impossibilidade prática de impor a endogamia e a segregação, devido à baixa presença, no período colonial, de europeus, processo esse que forjou uma percepção enganadora da situação racial brasileira.

Skidmore, comparando o dinamismo dos sistemas de perpetuação racial, não hesita em questionar um dos mitos mais caros da autoimagem brasileira: a situação dos negros no Brasil, segundo ele, seria ainda hoje, tanto em termos jurídicos como sociais, muito pior que a dos negros norte-americanos.

A terceira parte investiga as possibilidades e os limites da formulação de políticas nacionais próprias em duas situações ao mesmo tempo semelhantes e distintas, os governos de Vargas e de Perón. A mudança de tom, de enfoque e até mesmo de bibliografia (as fontes, outrora majoritariamente brasileiras, são substituídas por textos em inglês de especialistas estrangeiros ou brasileiros) refletem uma alteração significativa – também presente na produção universitária brasileira – da visão acadêmica norte-americana do Brasil. Este

deixa de ser considerado como exceção (a única nação de língua portuguesa numa América espanhola), passando a ser compreendido cada vez mais como parcela de um bloco cujas partes possuem, pelo menos no campo político e econômico, inegáveis similitudes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIEBER, Judy. "História do Brasil nos Estados Unidos, 1945-2000". In: BARBOSA, Rubens Antônio et alii (org.) *O Brasil dos brasilianistas*. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

BOM MEIHY, José Carlos Sebe. *A colônia brasilianista. História oral de vida acadêmica*. São Paulo, Nova Stella, 1990.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)*. São Paulo, Paz e Terra, 1988.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930- 1964)*. São Paulo, Paz e Terra, 1969.

SKIDMORE, Thomas E. *O Brasil visto de fora*. São Paulo, Paz e Terra, 1994.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. São Paulo, Paz e Terra, 1976.